

Direitos Humanos, exigência ética

Todos os movimentos sociais defendendo a clareza e aplicação de Direitos Humanos são, essencialmente, lutas em defesa de valores éticos e, portanto, buscas de afirmação, necessariamente constante, de equilíbrio e justiça em todas as relações humanas.

Os conceitos sociais de Direitos Humanos e Ética representam impartível unidade. Inexiste a alternativa, seja teórica ou prática, de excluindo, afirmar a existência de um dos termos, seja Ética ou Direitos Humanos, sem a inclusão do outro. A efetivação de uma Ética ou, reciprocamente, Direitos Humanos, sómente será possível, se resultar desta unidade essencial. E os dois conceitos unidos, somente se unidos, poderão traduzir a constante busca de Justiça que não se realiza na mera enunciação de seu valor Ético, posto que deve ser a dinâmica de uma ação, sendo Direitos Humanos, enquanto valor e atuação, a própria luta, ou em outras palavras, o Valor armado em seu saio de luta.

Torna-se relevante reconhecer a importância, teórica e social de identificar esta unidade. Anotando, inclusive, que ela deve caminhar, no sentido sempre muito amplo, e portanto, vago, de justiça. Os dois conceitos de Ética e Direitos Humanos representam, enquanto especial unidade, uma idéia maior, abrangente e portanto superior, de Justiça. E sua afirmação enquanto pauta maior e totalizadora e, por isso superior, decorre de sua intrínseca referência aos valores Éticos e Sociais que ela deve apontar.

Este reconhecimento revela a impossibilidade de sua existência se não traduzir a busca constante e a possível concreção, de valores políticos tais como a Igualdade de Direitos em todas as relações entre pessoas. A postulada Igualdade de Direitos, deverá possibilitar o acesso, sem desnivelar ninguém, de todos aos valores pela mesma sociedade oferecidos. Trata-se de proposição inclusiva que, por definição, não poderá ser exclusiva diante de alguém, sem justificação previamente fixada em lei, sendo a distinção imotivada de alguém a violação de uma isonomia constitutiva, segundo o padrão pela mesma sociedade elaborado.

Após 62 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a humanidade permanece desigual, com abismos sociais entre nações e pessoas. O Rio de Janeiro vivencia a agudização de um processo de violação dos direitos humanos, após a invasão do Complexo do Alemão, por forças militares e policiais, sob pretexto de levar a “paz” para a população de elite moradora dos chamados locais privilegiados. Sabemos da autorização em todos os níveis do poder para a efetização desta enormidade. O espetáculo midiático montado foi exitoso e conseguiu a aprovação de grande parte da sociedade já desavisada e pouco levada a pensar criticamente. A militarização da segurança, a doutrina da guerra subjacente neste tipo de prática, criminaliza as populações empobrecidas e abandonadas pelas políticas públicas, justificando as execuções perpetradas como se estivéssemos sob um regime tirânico, sem os limites do sistema legal vigente. Que trágico momento! Vivemos o Estado de exceção com suas práticas funestas (ocultação da

verdade e de cadáveres, quantos são, como se chamam, quais os atos praticados e suas respectivas provas) no aparente estado de direito!

Justiça com vendas não vê a trágica realidade humana em volta e nosso alheado olhar não percebe lágrimas que seriam de todos !

João Luiz Duboc Pinaud

Presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos do Instituto dos Advogados Brasileiros.